

A CABEÇA DE SALAZAR E AS DISPUTAS DA MEMÓRIA.

MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA E LIBERDADE



HUMBERTO DELGADO · RIBEIRO SAN
BENTO GONÇALVES · ALFREDO CALDEIRA
MANUEL VIEIRA TOMÉ FERREIRA SOARES
GERMÃO VIDIGAL · JOSÉ MOREIRA
SUEIRO PEREIRA GOMES · ALFREDO
FÁNDULO MARTINS (DILE), ANTÓNIO

A cabeça de Salazar e as disputas da Memória.

Nesta apresentação procurarei olhar para alguns traços fundamentais das políticas de memória e dos usos públicos do passado nos últimos 50 anos, tendo como ponto de partida a estátua de António de Oliveira Salazar, erguida em 1965 em Santa Comba Dão, alvo de várias ações em 1975 e em 1978, muito reveladoras do que se passava no campo das disputas memoriais.

Em fevereiro de 1975, em pleno processo revolucionário, a estátua de Salazar era decapitada, num gesto de corte com o passado que, não obstante a violência, refletia um consenso generalizado relativamente à condenação da ditadura dominante num 1.º ciclo no que diz respeito às questões da memória que decorre entre 1974 e 1976, de acordo com a periodização seguida por Manuel Loff ou Luís Farinha.

A estátua permaneceria sem cabeça até fevereiro de 1978, quando, já dentro da chamada «normalização democrática», um grupo de cidadãos tenta repor a cabeça do ditador. Dias depois, uma bomba destrói a estátua, que é então definitivamente retirada. Os acontecimentos de 1978 têm lugar já no início de um 2.º ciclo de memória decorrente dos equilíbrios pós-25 de Novembro de 1975. Teremos ainda um 3.º ciclo, na viragem do século, durante o qual são criados o Museu do Aljube Resistência e Liberdade e o Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche.

Os acontecimentos em torno da estátua de Salazar refletem então vários elementos importantes que os estudos sobre a memória têm destacado:

- Confirma a asserção de Manuel Loff de que «o processo social de reconstrução da memória coletiva seguiu (...) a cronologia da evolução política, social e cultural»¹.
- A ausência de uma política pública de memória claramente definida. Tal como as políticas de memória têm vindo a ser, sobretudo, reações a movimentos vindos da sociedade, também no caso da estátua de Salazar em Santa Comba Dão, tanto em 1975 como em 1978, os governos limitam-se, praticamente, a reagir aos acontecimentos.
- Os acontecimentos de 1975 e 1978 mostram como as evocações do passado estavam muito marcadas pelo processo revolucionário e como o combate político se fazia também através dos usos públicos da memória.

Arte Fascista Faz Mal à Vista.

A primeira estátua de Salazar a ser alvo de uma intervenção não foi, porém, a de Santa Comba Dão.

No dia 28 de maio de 1974 — 48 anos depois da instauração da Ditadura Militar — a estátua de Salazar, trajado com as vestes de catedrático de Coimbra, da autoria de Francisco Franco, que se encontrava num pátio do Palácio Foz, em Lisboa, é amarrada com cordas e tapada com um grande pano negro por elementos do Movimento Democrático dos Artistas Plásticos (MDAP), que dizia não ser «partidário da destruição de obras de arte, ainda que símbolos condenáveis»². Com o mote «A arte fascista faz mal à vista», era um ato sobretudo simbólico, não violento, com algum humor, de condenação do salazarismo, num quadro de otimismo e esperança dominantes em maio de 1974.

Por determinação do Ministério da Comunicação Social, a estátua será retirada e depositada no Sanatório da Ajuda, onde é encontrada em junho de 1975 por elementos da Comissão de Moradores de Alcântara, que voltam a satirizá-la, colocando uma garrafa e um tacho nas mãos do ditador e a respetiva tampa na cabeça. A estátua ficará à guarda da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) que em 2017

1. Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade, *Ditaduras e Revolução — Democracia e políticas da memória*, 2015, p.28.

2. *Flama*, 7 de junho de 1974.

a cedeu, juntamente com um busto de Salazar, à Câmara Municipal de Santa Comba Dão³.

A estátua era uma réplica da que fora exposta na Exposição Internacional de Paris de 1937. Outra réplica fora colocada em Lourenço Marques⁴ e foi destruída à bomba em 1962⁵, sendo rapidamente reconstruída. Após a independência de Moçambique, a estátua foi deslocada para a Biblioteca Nacional em Maputo e colocada de forma bastante peculiar: ainda hoje, podemos ali ver Salazar voltado para uma parede.

Da decapitação ao rebentamento da estátua.

Em Santa Comba Dão, no dia 27 de abril de 1965 a estátua de Salazar esculpida por Leopoldo de Almeida, encomendada e financiada pelo Ministério da Justiça, é descerrada numa cerimónia com grande aparato pelo presidente da República, Américo Tomás, na praça em frente ao Tribunal.

Logo a seguir ao 25 de Abril, a estátua seria pintada com tintas vermelhas e amarelas e com frases antifascistas e revolucionárias, mas sem que houvesse um debate significativo acerca da sua remoção ou manutenção.

Durante a noite de 17 de fevereiro de 1975, a cabeça da estátua é cortada por três homens que a levam para parte incerta. A ação é atribuída, tendo em conta o tipo de serra que terá sido utilizada, a operários da barragem vizinha da Aguieira, para onde a cabeça terá sido lançada, e, noutras versões, a elementos do Movimento Democrático Português (MDP) ou a médicos de passagem pela região. O pescoço é pintado com tinta vermelha, como o sangue depois de uma degolação, e na base da estátua leem-se coisas como «assassino», «cão», «porco» e «fundador da PIDE».

A violência e radicalidade desta ação refletem já uma fase diferente do processo revolucionário, em que se havia rompido os consensos de maio de 1974 e de crescente tensão em vésperas das grandes confrontações do ano de 1975.

3 *Público*, 13 de dezembro de 2019.

4. Joao Medina, *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a ditadura*, 2020, pp.194-196.

5. «Atitudes Individuais Subversivas, Suspeitas ou Susceptíveis de Subversividade no Distrito de Lourenço Marques», Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, n.º 1063. ANTT

Depois de a cabeça ter sido cortada, a Câmara Municipal de Santa Comba Dão determinou por unanimidade retirar a estátua. No entanto, esta permanecerá decapitada no centro da vila durante cerca de três anos, o que vai gerando crescente mal-estar. A maioria da população exigirá que a estátua seja retirada, enquanto outros defendem a sua restauração. Em agosto de 1977 é a vez de o Ministério da Justiça decidir a retirada da estátua, mas a decisão não se concretiza.

Um grupo de cidadãos, aproveitando as várias indecisões, constitui em finais de 1977 uma «Comissão para a Restauração e Conservação da Estátua a Salazar», que contará com o apoio da Assembleia Municipal. Depois de a Comissão organizar uma recolha de fundos e encomendar a fundição de uma nova cabeça, panfletos de «amigos da Restauração e conservação da estátua a Salazar» anunciam a sua colocação para as 11 horas do dia 5 de fevereiro, «Domingo Gordo».

Os Ministérios da Justiça e da Administração Interna, no sábado 4 de fevereiro, decretam a proibição da reposição da cabeça da estátua e da cerimónia e manifestação que a acompanharia, levando a que a referida Comissão decidisse antecipar a ação para essa noite.

Centenas de pessoas concentram-se junto à estátua e, ainda antes da meia-noite, a cabeça é colocada, embora não soldada, sem incidentes e perante a presença da GNR, que não intervém.

Porém, pelas três horas da madrugada a cabeça é retirada pela GNR. Ao início da manhã, muitas pessoas voltam a concentrar-se junto da estátua, onde são colocadas flores. Num cartaz lia-se: «A Guarda roubou a cabeça de Salazar. O povo exige a cabeça no lugar». São ainda removidas placas toponímicas da Avenida General Humberto Delgado e da Praça 25 de Abril, onde o «25» era substituído por «28» de abril, data de nascimento de Salazar.

As pessoas erguem barricadas, cortam estradas e gritam «Queremos a cabeça! Queremos a cabeça». Os sinos da igreja tocam a rebate para chamar a população, num ambiente muito semelhante ao dos episódios de violência de extrema-direita no norte de Portugal no verão de 1975.

Dezenas de elementos da GNR, fortemente armados, com capacetes, viseiras, escudos e cães, colocam-se à volta da estátua. Jipes e carros de assalto com torres com ametralhadoras circulam pela vila. Empregando perto de cem efetivos, a GNR dispersa com gás lacrimogéneo a multidão que se concentrava junto da estátua. Munida de cassetetes e espadas e com forças a cavalo, a GNR carregará violentamente, durante a manhã e depois à tarde, sobre a população, provocando dezenas de feridos e a morte de uma mulher, acidentalmente atingida por uma bala.

Depois dos confrontos, procurando acalmar a ira popular, os presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal garantem a restauração da estátua e a recolocação da cabeça. No entanto, acabarão por decidir pela sua retirada e entrega à família⁶ para que, posteriormente, a autarquia a colocasse noutra espaço público que não a praça do tribunal⁷. Aventa-se até a possibilidade de a colocação de uma nova estátua de Salazar, que estaria até já pronta, poder acontecer a 28 de abril, por iniciativa de grupos de extrema-direita que estariam a organizar, para o efeito, excursões a Santa Comba Dão⁸.

Mas, mais uma vez, nenhuma decisão é tomada e a estátua continua sem cabeça no centro da vila. As hesitações dos poderes públicos dão origem a uma situação cada vez mais tensa e de difícil resolução, que de questão local passara a polémica nacional.

Às 03h15 da madrugada de 16 de fevereiro, a estátua é destruída à bomba, numa ação planificada e executada pelo Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR). O que dela sobra é recolhido pela Câmara Municipal e populares recolhem os despojos mais pequenos.

No seu lugar seria colocada uma fonte que, em 2010, é transformada num monumento aos «heróis do ultramar», com a inscrição dos nomes dos 16 soldados do concelho de Santa Comba Dão mortos na Guerra Colonial.

É no rescaldo do rebentamento da estátua que surge, pela primeira vez, a ideia de criar um Museu dedicado a Salazar, na sua antiga casa no Vimieiro, para o qual é organizada uma recolha de fundos e onde, eventualmente, poderia ser colocada uma nova estátua do ditador⁹.

Os organizadores da reposição sublinhavam o caráter apolítico da iniciativa e negavam qualquer ligação à extrema-direita e simpatia pelo Estado Novo ou por Salazar, «mal ou bem alguém da terra», dizia-se. Apresentavam como justificação a indignidade e a humilhação que significava uma estátua sem cabeça no centro da vila, a liberdade da população poder restaurar e defender o património local.

6. *Opção*, 16 a 22 de fevereiro de 1978.

7. *O Diabo*, 14 de fevereiro de 1978.

8. *Expresso*, 15 de abril de 1978.

9. *O Diabo*, 14 de março de 1978.

O *Comércio do Porto* escrevia: «Não se trata de um bando de fascistas (...) Se aquilo não era o povo, onde estava o povo? E o povo quer ter a liberdade em Santa Comba Dão para pôr a cabeça na estátua.»¹⁰

Trasladação dos restos mortais das vítimas do Tarrafal.

A reposição da cabeça era, porém, um ato objetivamente político, de apologia da ditadura e do ditador. Ao mesmo tempo, era uma resposta ao que se considerava ser um ato selvático da revolução: a decapitação, refletindo a crescente negatividade dos discursos sobre o processo revolucionário ao longo do 2.º ciclo de memória. O gesto de emendar o ato revolucionário da decapitação, recolocando a cabeça, participava ainda de um processo de reabilitação do salazarismo.

A explosão era a violenta rejeição não só do passado ditatorial, mas também da sua recuperação, e um gesto da esquerda radical que procurava ainda recuperar algum do legado revolucionário.

Dois dias depois da explosão da estátua de Salazar, tinha lugar em Lisboa, organizada por uma Comissão Promotora da Trasladação, no dia 18 de fevereiro de 1978, uma das mais importantes homenagens e evocações da memória da resistência: a transladação dos restos mortais dos 32 homens que morreram entre 1936 e 1954 no Campo de Concentração do Tarrafal (Cabo Verde), para o Cemitério do Alto de São João em Lisboa, onde é erigido, por subscrição pública, um Mausoléu Memorial. Milhares de pessoas percorrem as ruas de Lisboa num dia de intensa chuva num cortejo impressionante e com grande carga emotiva.

Separados por escassos dias, a reposição da cabeça da estátua de Salazar e a homenagem aos tarrafalistas mortos, são dois atos de uso público da memória, dinamizados não por poderes públicos, mas por grupos de cidadãos, diametralmente opostos: o primeiro homenageava o ditador, refletindo já a abertura de um 2.º ciclo de memória forjado nos ajustamentos pós-25 de Novembro, e o segundo homenageava as suas vítimas, ecoando ainda a dinâmica e a cultura antifascista dominantes no 1.º ciclo de memória.

1978 e o acerto de contas com o passado.

A condenação, absolvição ou enaltecimento da ditadura e o esquecimento ou homenagem a quem lhe resistiu e às suas vítimas era também discutir o presente e o rumo da democratização, enquanto o posicionamento relativamente à ditadura e à resistência estava ligado àquilo que se procurava legitimar ou condenar naquele momento presente.

O ano — 1978 — que começava com a explosão da estátua do ditador e a homenagem aos presos políticos mortos no Tarrafal será particularmente intenso no campo da judicialização do passado e das disputas da memória. O país está a acertar contas com a ditadura e a revolução no campo judicial e simbólico e o desfecho destes casos contaminava, inevitavelmente, a forma como eram reconstruídas as representações coletivas do passado.

Quase três anos após o encerramento do processo revolucionário, está, formal e informalmente, em julgamento a ditadura:

- O ex-presidente da República Américo Tomás regressa a Portugal impune, sem ser julgado, num gesto, simultaneamente, de reconciliação e pacificação do país e de clara desculpabilização da ditadura e dos seus crimes.
- Está em curso o julgamento de vários agentes da PIDE/DGS e em outubro tem início o julgamento dos assassinos de Humberto Delgado, que se arrastará prenhe de polémicas até à leitura da sentença em 1981. Recorde-se que, em 1978, a maioria dos elementos da PIDE/DGS estavam já em liberdade por cumprimento de pena, por terem sido absolvidos, por aguardarem em liberdade o julgamento ou por dedução dos indultos e do tempo passado em prisão preventiva. Esta situação fora possível por alterações, posteriores a 25 de Novembro de 1975, à lei n.º 8/75 relativa à punição a aplicar e ao julgamento dos responsáveis, funcionários e colaboradores da polícia política.

Está também em julgamento a revolução, com processos referentes a situações decorridas em 1974 e 1975, ou ligeiramente depois, e envolvendo ativistas políticos ligados às esquerdas ou à oposição antifascista.

Desde logo, estava por clarificar a situação de alguns dos militares implicados no 11 de Março e no 25 de Novembro e do próprio Otelo Saraiva de Carvalho.

No início do ano, o histórico resistente e dirigente socialista Edmundo Pedro é preso, sendo posteriormente julgado,

por posse e transporte de armas que lhe haviam sido entregues a 25 de Novembro de 1975, detenção que o impossibilitará de comparecer na homenagem às vítimas do Tarrafal, onde ele e o pai, Gabriel Pedro, haviam estado presos. Também o resistente Maximino Serra vê ser-lhe movido um processo por alegado roubo da avioneta na qual abandonara clandestinamente o país em 1963 depois de ter tomado parte no golpe de Beja, na noite de 31 de dezembro de 1961 para 1 de janeiro de 1962.

Em junho são detidos cerca de 20 militantes do PRP/BR, entre eles alguns dos operacionais que colocaram a bomba na estátua, na sequência da morte de um agente da Polícia Judiciária atribuída a militantes desta organização.

Uma série de processos em curso são lidos como um ataque às esquerdas já que envolvem «militares de Abril», militantes de extrema-esquerda ou resistentes ao Estado Novo. São ainda levados a tribunal e presos vários camponeses que se opunham às, não raras vezes violentas, desocupações de terras no Alentejo, e operários e elementos de comissões de trabalhadores devido à sua ação reivindicativa em 1975.

Muitas destas situações contribuem para uma certa animosidade relativamente à revolução e à oposição antifascista, e casos como os que envolviam Edmundo Pedro ou o assassinato de Humberto Delgado foram pretexto para desacreditar o universo oposicionista.

Por fim, está também em julgamento a contrarrevolução, neste caso a «Rede Bombista» de extrema-direita que se traduzirá na condenação de (poucos) operacionais e na absolvição dos mandantes, líderes e financiadores.

A absolvição na prática do terrorismo de extrema-direita, associada à libertação de vários agentes da PIDE/DGS, gera grande indignação e estupefação, nomeadamente entre as esquerdas, contribuindo para a percepção de que se prendia à esquerda e se libertava à direita, de que se punia mais severa e violentamente à esquerda do que à direita.

A criação em 1977 — segundo Irene Pimentel, «o ano de todas as libertações» de elementos da polícia política¹¹ — do Tribunal Cívico Humberto Delgado (TCHD), tribunal de opinião e organização de combate pela justiça antifascista, refletia já este estado de espírito.

Alguns setores falavam mesmo em regresso do fascismo e na reorganização da extrema-direita, que continuava a

11. Irene Flunser Pimentel, *O Caso da PIDE/DGS. Foram julgados os principais agentes da Ditadura portuguesa?*, 2017, p.426.

levar a cabo várias ações violentas e terroristas. O primeiro-ministro, Mário Soares, alertaria para o «renascer de certas organizações de tipo vincadamente fascista e neossalazariana» e seria depois aprovada a Lei n.º 64/78, que proibia a existência de organizações «que perfilhem a ideologia fascista»¹².

A «normalização democrática» — isto é, a superação da revolução socialista, a legitimação do *statu quo* pós-25 de Novembro e a via de uma democracia de tipo ocidental e integração europeia — pressupunha a superação da revolução também na forma como a visão sobre ela estava a ser reconstruída.

Os ciclos da Memória.

1.º Ciclo. 1974 – 1976.

À luz dos três grandes períodos do ponto de vista das políticas de memória ou dos usos públicos do passado que têm vindo a ser referidos, o encobrimento da estátua no Palácio Foz em 1974 e a decapitação da cabeça da estátua em Santa Comba Dão em 1975 inscrevem-se num primeiro ciclo.

Entre 1974 e 1976 há um consenso alargado relativamente à condenação do passado ditatorial e colonial e à denúncia dos seus crimes. A par da homenagem às vítimas e da exposição pública da história de repressão, inicia-se a responsabilização cívica e criminal dos responsáveis da ditadura e dos seus crimes, ainda que incompleta, com saneamentos, suspensão de direitos políticos, julgamentos e prisões. É durante este período que surgem a Comissão Nacional de Inquérito e o Serviço para a Coordenação e Extinção da PIDE/DGS e Legião Portuguesa. São ainda criadas várias organizações de denúncia dos crimes da ditadura, como a Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA), da área da UDP, e a URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses), próxima do PCP.

O julgamento dos elementos da PIDE/DGS em Tribunal Militar arrancará em 1976 quando se operava a mudança de ciclo.

12. Joana Rebelo Morais, Filipa Raimundo, «Em nome da 'Verdade Histórica': A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Uma Comissão de Verdade na Democratização Portuguesa (1977-1991)», 2015, pp. 108-109.

2.º Ciclo. 1976 - Anos 90.

Luís Farinha refere-se a um tempo de «recalcamento e amnésia — em parte impostos, em parte consentidos e desejados, e que durou até final do séc. XX»¹³. Manuel Loff fala num «período de clara desvalorização política, social e ética das oposições e da ação política daqueles que se haviam oposto e resistido à ditadura. E, conseqüentemente, de desvalorização e silenciamento da sua memória»¹⁴.

A prioridade é dada à reconciliação e à pacificação da sociedade, o que se traduz numa maior benevolência relativamente ao Estado Novo e numa certa invisibilidade da natureza ditatorial do regime. É um período de hegemonia conservadora internacionalmente e em Portugal, com as vitórias eleitorais da Aliança Democrática (AD) em 1979 e de Cavaco Silva, que governa entre 1983 e 1995. Seria ele a afirmar que «forças de orientação totalitária tentaram em 1974 e 1975 impor ao país outra ditadura de sinal contrário»¹⁵. Vai ganhando forma a tese do «Duplo Legado» da democracia portuguesa, que se oporia assim, por um lado, ao «autoritarismo» do Estado Novo e, por outro, ao «totalitarismo» do processo revolucionário.

Não obstante, este período encerra vários desenvolvimentos importantes no campo da memória e da justiça, como a criação da Comissão do Livro Negro do Regime Fascista em 1977. De iniciativa do Governo de Mário Soares, a Comissão do Livro Negro seria extinta em 1991 pelo Governo de Cavaco Silva, deixando vários volumes sobre prisões políticas, repressão e tortura.

São tomadas várias medidas de reparação financeira:

- O I Governo Constitucional, do Partido Socialista, através do Decreto-lei n.º 171, de 30 de abril de 1977, determina a atribuição de uma pensão aos cidadãos portugueses que se tenham distinguido por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia¹⁶.

13. Luís Farinha, *Op. Cit.*, p. 8.

14. Manuel Loff, *Op. Cit.*, p. 62.

15. Manuel Loff, *Op. Cit.*, p. 69.

16. Decreto-Lei n.º 171/77, 30 de abril de 1977.

- Atribuição em 1987 de uma pensão mensal vitalícia aos tarrafalistas e, em 1989, aos presos da Greve Geral de 18 de Janeiro de 1934.
- Em 1997, militantes antifascistas foram compensados pelos anos de clandestinidade e prisão, para efeitos de pensões de velhice e invalidez, numa iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, nomeadamente Fernando Pereira Marques, ex-presos político e militante da LUAR, na qualidade de deputado do PS¹⁷.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, regista-se um franco desenvolvimento da investigação sobre o Estado Novo, que se afirma como campo historiográfico autónomo, processo em que José Medeiros Ferreira, César Oliveira, António Costa Pinto ou Fernando Rosas, os cursos de Mestrado e Doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL) e a atividade do Instituto de História Contemporânea (IHC) serão determinantes. Ainda no campo da investigação, após várias lutas, mobilização cívica e polémicas, os arquivos da PIDE/DGS na Torre do Tombo são finalmente abertos à consulta.

Importa ainda referir a criação e a atividade da Biblioteca-Museu República e Resistência (BMRR)¹⁸ e da então Fundação Mário Soares (FMS)¹⁹, ambas com iniciativas fundamentais no campo arquivístico e historiográfico, na organização de exposições e na própria recolha e preservação da memória.

3.º Ciclo. A explosão da Memória na viragem do século.

Segundo Luís Farinha, «O início do séc. XXI ficou marcado pela reivindicação do Direito à Memória, levada a cabo por 'grupos promotores da Memória' e por ex-resistentes, ex-presos políticos e perseguidos pelo regime ditatorial»²⁰.

17. Projeto de Lei n.º 182/VII, *Diário da Assembleia da República*, 20 de dezembro de 1966. I Série, N.º I.

18. Extinta em 2019.

19. Atual Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

20. Luís Farinha, *Op. Cit.*, p. 5.

Para Manuel Loff, «os últimos anos do século significaram, por fim, a recuperação de muita da memória resistencial que se silenciara até ao 20.º aniversário»²¹ do 25 de Abril, em 1994.

Esta nova fase, que passou em forte medida pela exigência de políticas públicas que respeitassem e valorizassem a luta dos ex-combatentes e de memorialização ou criação de locais de memória, teve várias expressões que importa sublinhar:

- Reemergência da memória da resistência. Muitos resistentes mobilizaram-se na batalha pela memória em livros, biografias, entrevistas ou nas redes sociais, com páginas de Internet como *Fascismo Nunca Mais e Antifascistas da Resistência*, de Helena Pato, *Memorial 2019, Tarrafal ou Ribeiro Santos.net*, onde se destaca, entre outros, o papel dinamizador de Alfredo Caldeira, ou, ainda que de natureza diferente, *Silêncios e Memórias* de João Esteves.
- A investigação conduzida pelos próprios resistentes e ex-presos políticos e por organizações de memória, como a URAP, o Movimento Não Apaguem a Memória (NAM) ou a Associação de Exilados Políticos Portugueses (AEP61-74) que vem dando particular atenção à questão dos desertores e refratários.
- A investigação académica sobre resistência, violência, prisões, tribunais e polícia política desenvolvida por pessoas como Fernando Rosas, Luís Farinha, João Madeira, Irene Pimentel, Paula Godinho ou João Esteves e, mais recentemente, o trabalho de Miguel Cardina sobre questões ligadas ao colonialismo e à memória.
- A multiplicação de documentários (Susana Sousa Dias, Jacinto Godinho, Diana Andringa, etc.), de filmes e séries de ficção, nomeadamente na RTP, espetáculos de teatro ou trabalhos na imprensa escrita, como os de José Pedro Castanheira ou Joana Pereira Bastos no *Expresso*, ou na Rádio, como o programa *No Limite da Dor* de Ana Aranha.
- Iniciativas locais, promovidas por grupos de cidadãos, organizações de memória ou autarquias, em torno da memória da resistência, da história oral e da história local.

Em Peniche existiu aquele que até 2015 era o único espaço de memória da ditadura. Em Montemor-o-Novo, nota para o trabalho desenvolvido em torno do livro de José Saramago *Levantado do Chão*. Em Aljustrel tem sido trabalhada a história e a memória das lutas dos mineiros e em Beja, das lutas rurais na zona do Baleizão. Em Oeiras foi construído um monumento evocativo da libertação dos presos políticos da cadeia do Forte de Caxias. A memória do cerco e bombardeamento em 1946 da aldeia de Cambedo da Raia (Chaves) tem sido evocada por académicos, cineastas, familiares e população local. Finalmente, autarquias como Seixal, Loures, Mafra e Oeiras têm ou tiveram em curso projetos de história oral e de recolha de memórias.

Museu do Aljube Resistência e Liberdade.

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade é, sob vários pontos de vista, o ponto de chegada de todo este processo de luta pela valorização da memória da resistência e pela condenação dos crimes da ditadura.

Incorpora as principais dimensões do lastro de iniciativas elencadas e da atividade de organizações como a AEPPA, a URAP, o TCHD e instituições ou iniciativas públicas como a Biblioteca-Museu República e Resistência, a Comissão do Livro Negro do Regime Fascista ou a Comissão de Extinção da PIDE:

- Denúncia (dos crimes e da repressão)
- Justiça (criminal ou simbólica)
- Homenagem (aos resistentes)
- Investigação (dos crimes da ditadura e do aparelho repressivo)

A estas, o Museu do Aljube acrescenta a dimensão da Memorialização.

Aberto em 2015, o Museu do Aljube foi o primeiro «lugar de memória» criado pelos poderes públicos, com tutela camarária, embora feito em articulação com o Governo.

Foi, em forte medida, o resultado da mobilização de cidadãos, sobretudo resistentes, e organizações de memória, como o NAM, que, na sequência da transformação da sede da PIDE em condomínio fechado, se mobilizaram para que fosse criado um «local de memória da resistência ao fascismo» na cadeia do Aljube.

Um dos passos fundamentais nesse sentido foi a Exposição *A Voz da Vítimas*, organizada por IHC, FMS e NAM, inaugurada em 2011 no espaço da antiga prisão política.

O trabalho regular do Museu do Aljube reflete alguns dos princípios da *International Memorial Museums Charter*, do International Committee of Memorial Museums in Remembrance of the Victims of Public Crimes (ICMEMO). Neste documento sustenta-se que:

«As experiências históricas têm de ser integradas em contextos históricos, sem minimizar o sofrimento pessoal dos indivíduos. A integração de eventos históricos deve ocorrer ao nível da pesquisa histórica moderna contemporânea e honrar princípios do discurso académico e múltiplas perspetivas.»²²

Natureza e Missão do Museu do Aljube

- Lugar de memória democrática dedicado à história e memória da luta e da resistência contra a ditadura, apontando para o presente e para a defesa da Liberdade e da Democracia, dos Direitos Humanos e da Cidadania.
- Memorialização do passado traumático e incómodo.
- O Museu não é neutro. Não equipara vítimas e repressores e pretende dar voz às vítimas e aos resistentes.
- Rejeição do branqueamento da natureza violenta do regime e dos seus crimes.
- A partir do conhecimento do passado, refletir criticamente sobre o presente.

O trabalho regular do Museu desenvolve-se em várias frentes:

- Exposição de Longa Duração, exposições temporárias e exposições itinerantes.

22. *International Memorial Museums Charter*, International Committee of Memorial Museums in Remembrance of the Victims of Public Crimes (ICMEMO). <https://www.holocaustremembrance.com/resources/working-definitions-charters/international-memorial-museums-charter>

Os temas das últimas vão desde resistentes, como José Dias Coelho ou Jaime Cortesão, até à luta anticolonial e a resistência feminina, passando por questões como o Tarrafal, o movimento estudantil ou ainda mostras de fotografia.

- À luz da citada carta do ICMEMO, segundo a qual o «trabalho dos museus de memória é principalmente baseado na ciência», a investigação é transversal a toda a atividade do Museu, com incidência particular na história da repressão e da violência, das vítimas da ditadura, do quotidiano prisional e numa sistematização mais fina do universo dos presos políticos.

- Serviço Educativo.

Grande número de visitas guiadas diárias a grupos escolares, deslocações e apresentações em escolas, trabalho de tutoria e de investigação no âmbito do Laboratório de História, formações para professores. Parte fundamental do público do Museu está em idade escolar.

- Itinerários/Roteiros sobre temas como a Revolução de 1974–1975, «Lisboa revolucionária», casas clandestinas ou colonialismo, racismo e luta anticolonial.

- Arquivo.

Documentação de diferente natureza

- Doações de resistentes e familiares.
- Incorporação do espólio da Biblioteca-Museu República e Resistência.

Está em curso o trabalho de catalogação e digitalização da documentação que vai sendo gradualmente disponibilizada no arquivo digital no site do Museu.

- Publicação de livros como *Ficaram Pelo Caminho 1926–1974*, sobre as vítimas mortais da Ditadura Militar e do Estado Novo, ou *Mulheres e Resistência — Novas Cartas Portuguesas e outras lutas*.

- Organização de colóquios, conferências, debates e publicação de atas.

- Resposta a solicitações de investigadores, estudantes e familiares de presos políticos.

- História oral:

Recolha de testemunhos de antigos resistentes e presos políticos, tendo já sido recolhido o depoimento de 187 pessoas.

- Em 2022 foram registados 19 testemunhos. Em 2023 foram já registados mais sete testemunhos.
- «Vidas Prisionáveis» / «Vidas na Resistência» / «Vidas na clandestinidade» (2015-2020): sessões realizadas no auditório do Museu de entrevistas a resistentes com público escolar na assistência.
- Dias da Memória: recolha de testemunhos sobre a resistência e a Revolução de 1974 e 1975 no dia 25 de Abril, entre 2016 e 2019.

Conclusão

Num texto disponível no site do Museu do Aljube, Luís Farinha considera que a disputa pela memória no século XXI se faz entre «dois campos radicalizados»: um que se sustenta na historiografia que condena a ditadura e valoriza a democracia social e outro sustentado por linhas historiográficas que apontam para a «revalorização de certos aspetos da ditadura» e «valorização dos regimes fortes e autoritários»²³.

Ao fim das primeiras duas décadas do século XXI, esta dicotomia reflete-se também na forma como o processo revolucionário é evocado. No fundo, estabelecem-se duas grandes linhas que, depois, se desdobrarão em diferentes declinações. De um lado, aqueles que entendem o 25 de Abril e a revolução como marcos históricos que põem fim à ditadura, à guerra colonial e ao colonialismo e abrem um processo de democratização. Do outro, aqueles que condenam, não tanto o 25 de Abril em si mesmo, mas o processo revolucionário, entendido enquanto período de caos, agitação excessiva, anarquia e ditadura comunista, opondo revolução a democracia, sustentando que esta surge apenas com o 25 de Novembro, ignorando ou fazendo por ignorar aquilo que de mais violento e ameaçador para a democracia existiu em 1975: o terrorismo de extrema-direita.

Nos últimos anos temos assistido à readaptação do segundo tipo de narrativas, emprestando-lhe novos elementos que se traduzem, por um lado, numa certa benevolência e desculpabilização das dimensões mais violentas da ditadura e do colonialismo, e por outro num ataque declarado já não

apenas ao processo revolucionário e a uma revolução socialista, mas ao 25 de Abril e à Constituição, ao Estado de Direito, ao Estado Social e à Democracia, enfim, a todo o legado democrático e constitucional de 1974 - 1976.

O cinquentenário do 25 de Abril é assim o momento ideal para pensar a Revolução de 1974 e 1975 em todas as dimensões da sua natureza e naquilo que ela foi: a génese da democracia portuguesa. Recusando a narrativa catastrofista de um tempo violento, persecutório e de ditadura, mas, ao mesmo tempo, não caindo numa visão adocicada ou cor-de-rosa e sem ignorar o que houve de confrontacional e de violência, o perigo de guerra civil, assaltos ao poder, terrorismo ou várias expressões de arbitrariedades ou perseguição política no quadro da excecionalidade e disrupção inerentes a um processo revolucionário.

Numa perspetiva orientada para o presente, partindo do passado traumático, o Museu do Aljube aponta então para a construção de uma consciência crítica sobre o passado e de um debate crítico sobre valores universais, Direitos Humanos e Cidadania. Nesta linha, o 25 de Abril e a Revolução de 1974 e 1975 são entendidos como o momento fundamental na construção da democracia portuguesa e na consagração dos direitos e liberdades fundamentais, em que a participação e mobilização popular, a ação política de milhares de cidadãos anónimos tiveram um papel central.

Em vésperas de se cumprirem as primeiras cinco décadas de democracia, o Museu do Aljube está já consolidado no panorama museológico português e a Resistência e a Liberdade preparam-se para ter um Museu Nacional a elas dedicado com a abertura em 2024 do Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche, também ele fruto da mobilização cívica e de um contexto político favorável no Parlamento. Mas muito está por fazer.

A cabeça da estátua do ditador continua em paradeiro incerto e depois de, no rescaldo da detonação da estátua em Santa Comba Dão em 1978, surgir pela primeira vez a possibilidade de um museu dedicado a Salazar, o projeto tem reaparecido regularmente no espaço público, agora na versão de Centro Interpretativo e Museu do Estado Novo na Escola-Cantina Salazar, no Vimieiro, cuja abertura chegou a ser anunciada para maio de 2023.

Bibliografia

AAVV, Fernando Rosas (coord.), *A Revolução Portuguesa 1974-1975*, Lisboa, Tinta-da-china, 2022.

Enzo Traverso, *O Passado, Modos de Usar*, Lisboa, Tigre de Papel, 2020.

Fernando Rosas, *Ser e não ser – Notas sobre a Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40.º aniversário*, Esquerda.net, 2014, <https://www.esquerda.net/artigo/ser-e-nao-ser-notas-sobre-revolucao-portuguesa-de-7475-no-seu-40o-aniversario/32360>

Helena Elias e Inês Marques, «As últimas encomendas de arte pública do Estado Novo (1965-1985)», in *On the Waterfront, public art: from dictatorship to democracy*, Vol.23, p.5-29, 2012, <https://raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/254755>.

Irene Flunser Pimentel, «A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS, História, justiça e memória», in *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, V. 24, n.º 1, 2011, p.139-156. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/201703>

Irene Flunser Pimentel, *O Caso da PIDE/DGS. Foram julgados os principais agentes da Ditadura portuguesa?*, Temas e Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2017.

Joana Rebelo Morais e Filipa Raimundo, «Em nome da 'Verdade Histórica': A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Uma Comissão de Verdade na Democratização Portuguesa (1977-1991)», in António Costa Pinto, Maria Paula Araújo [Ed.], *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*, Rio de Janeiro, Autografia, 2015.

João Medina, *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

Luís Farinha, «Conviver com o passado – uma tarefa sem fim à vista», in *Disputa da Memória*, Museu do Aljube Resistência e Liberdade, 2022, https://www.museudoaljube.pt/wp-content/uploads/2022/03/2022_Disputa-da-Memoria_CC.pdf

Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade, *Ditaduras e Revolução - Democracia e políticas da memória*, Coimbra, Edições Almedina, 2015.

Xurxo Ayán Vila, «Casas con fantasmas. Sobre las recientes polémicas entorno al Museu Salazar y el Pazo de Meirás», in *Actes de la IV Jornada d'Arqueologia i Patrimoni de la Guerra Civil al front de L'Ebre*, Barcelona, Generalitat de Catalunya, 2022, pp. 8-35.

AVISO

TOS · CATARINA EUFEMIA
A · ESTEVÃO GIRO · FERNANDO REIS
S · ALFREDO DINIZ (ALEX)
· MILITÃO RIBEIRO · JOÃO ARRUDA
LIMA · JOSÉ DIAS EDEUINO
ADÂNCIO · JOSÉ BARNETTO

Imagem no interior da capa:
Concentração a 5 de Outubro 2005, junto à
antiga Sede da PIDE/DGS na rua António Maria
Cardoso, contra a conversão do “edifício em
condomínio fechado e contra o apagamento da
memória do fascismo e do sofrimento causado
aos portugueses”. Movimento Cívico Não Apaguem
a Memória (NAM).



EGEAC



**MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA
E LIBERDADE**